



Administração Pública e Gestão Social
E-ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Luzio dos Santos, Luis Miguel; Galleli, Bárbara
O Ensino de Empreendedorismo Social nos Cursos de Administração das Universidades
Públicas Brasileiras
Administração Pública e Gestão Social, vol. 5, núm. 2, abril-junio, 2013, pp. 71-79
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351556456005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Ensino de Empreendedorismo Social nos Cursos de Administração das Universidades Públicas Brasileiras

The Teaching of Social Entrepreneurship In Management Majorsof Brazilian Universities

Luis Miguel Luzio dos Santos¹, Bárbara Galleij²

¹Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Paraná, 86051990, Brasil.

²Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 05508070, Brasil.

CITAÇÃO SUGERIDA: Santos, L. M. L., & Galleij, B. (2013). O ensino de empreendedorismo social nos cursos de administração das universidades públicas brasileiras. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(2).

Resumo: O presente artigo objetiva investigar a incidência da disciplina de empreendedorismo social nos cursos de Administração nas universidades federais e principais estaduais do Brasil. Realizou-se uma pesquisa de natureza teórica, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisado por uma perspectiva descritiva, a partir de dados secundários. Com base em análises feitas a partir de informações obtidas no sistema e-MEC e nos sites das universidades, observou-se que a inserção do empreendedorismo social, enquanto disciplina acadêmica dos cursos de Administração, encontra-se em sua infância nas universidades públicas brasileiras. A formação ainda depende do interesse do aluno. Contudo, boa parte destas instituições se utiliza da flexibilidade que possui na adequação dos currículos de seus cursos a favor de temas sociais, mesmo que de maneira gradativa. Parece residir aí um indicativo da tendência à maturação do ensino de empreendedorismo social no Brasil.

Palavras-Chave: Curso de Administração; Empreendedorismo Social; Universidades.

Abstract: This paper aims to investigate the incidence of the discipline of social entrepreneurship in Business courses at federal and major state universities of Brazil. It was conducted a research of theoretical nature and qualitative approach, which objective was analyzed by a descriptive perspective, from secondary data. Based on analyzes of information obtained from the e-MEC system and the universities websites, it was observed that the inclusion of social entrepreneurship as an academic discipline of Business courses is in its infancy in Brazilian public universities. The formation still depends on student interest. However, most of these institutions use their flexibility in adjusting their curriculums courses in favor of social issues, even if gradually. There seems to be an indicative of the tendency to maturation of teaching social entrepreneurship in Brazil.

Key-Words: Business Course; Social Entrepreneurship; Universities.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

INTRODUÇÃO

Os debates ocorridos em âmbito nacional e internacional nas últimas décadas acerca da crise socioambiental global evidenciam a responsabilização do sistema capitalista dominante na economia mundial – em específico acerca de sua premissa da competição e de seus efeitos sociais e ambientais negativos – pela produção e reprodução de desigualdades profundas e crescentes na sociedade. No contexto brasileiro, dentre tais mazelas, principalmente a precariedade da qualidade do emprego, formal ou informal, tem sido alvo de diversos estudos, conferências e discussões, sendo ao mesmo tempo causa e consequência de vários outros problemas enfrentados pela sociedade, como a violência, a pobreza, o analfabetismo, a marginalização.

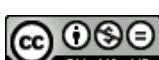
Vive-se a época da resignificação do trabalho, o Estado perde a função de responsável social pela promoção do emprego e deixa ao mercado parte considerável da regulação do trabalho, ficando a sociedade civil como salvaguarda e executora das ações pragmáticas de políticas públicas (Barbosa, 2007). No que tange à empregabilidade, à efetivação da democracia e à promoção do desenvolvimento e da cidadania, a participação e

visibilidade da sociedade civil em grupos, movimentos e organizações sem fins lucrativos mostra-se cada vez maior e significativa.

Esta conjuntura crítica e a busca de solução para tal desajuste social implica maior importância ao empreendedorismo, no que se refere a sua contribuição à sociedade, o estímulo à inovação e o crescimento econômico. Não restrito ao âmbito empresarial, o empreendedorismo no Brasil pode ser vislumbrado como elemento indispensável para o desenvolvimento humano, social e econômico, com perspectiva à redução e até mesmo à eliminação da desigualdade e da exclusão social existente no país (Almeida & Milward-de-Azevedo, 2008). É neste contexto que emerge o empreendedorismo social, um movimento criado décadas atrás, em que o pensamento criativo e inovador é aplicado à resolução de problemas sociais, tal qual o desemprego e a ínfima qualidade do trabalho (Yunus, 2008).

No Brasil, o empreendedorismo social recebe destaque via economia solidária (ES), institucionalizada recentemente a partir da criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), no interior do Ministério do Trabalho e do Emprego.

Correspondência/Correspondence: Luis Miguel Luzio dos Santos, Universidade Estadual de Londrina, Rod. Celso Garcia Cid (PR 445) Km 380, 86051-990, Londrina-PR, Brasil.
lmig@uel.com.br



Avaliado pelo / Evaluated by double blind review system - Editor Científico / Scientific Editor: Magnus Luiz Emmendoerfer
Recebido em 24 de março, 2013; aceito em 27 de março, 2013, publicação online em 05 de abril, 2013.

Received on march 24, 2013; accepted on march 27, 2013, published online on april 05, 2013.

Desde então, o que se observa no quadro nacional é o crescimento significativo das iniciativas de ES e de um claro investimento por parte do governo (Barbosa, 2007). Segundo o Atlas de Economia Solidária no Brasil (2009), existem 21.859 empreendimentos de ES – e este número revela uma tendência crescente desde seu surgimento no país –, sendo que há uma maior concentração na região Nordeste (43,5%), seguido pela região Sudeste (18%), Sul (16,5%), e por fim, as regiões Norte (12%) e Centro-Oeste (10%).

Também no âmbito da organização e da mobilização da sociedade civil surge a instituição universitária que, enquanto centro de investigação e geração de conhecimento, apresenta-se como um núcleo importante para a formação em empreendedorismo social, principalmente na (re)organização e no diálogo dos saberes com o intuito de aproximar-se dos problemas sociais da sociedade. Neste sentido, o curso de graduação em Administração aparece como o mais adequado para incorporar a temática, em termos de uma disciplina acadêmica.

Com base nas explanações apresentadas, uma pesquisa aos principais periódicos nacionais disponíveis na base Periódicos da Capes revelou uma lacuna na literatura relacionada ao ensino de empreendedorismo social nas universidades brasileiras. Por este contexto, o presente artigo objetiva investigar a incidência da disciplina de empreendedorismo social nos cursos de Administração nas universidades federais e principais estaduais do país.

A partir deste levantamento será possível obter informações relevantes para diversos atores sociais: estudantes, docentes e demais cidadãos que se interessam pela temática; agentes do governo, a fim de que possam orientar programas e ações voltadas ao empreendimento social no país; as próprias universidades, fundamentais neste processo; e os próprios empreendedores sociais, para que possam cada vez mais consolidar-se formalmente no país. Ademais, será possível identificar pontos de convergência e divergência no que diz respeito à concentração e crescimento de empreendimentos sociais no Brasil, informação de extrema relevância ao tratar de um assunto de tal respaldo no país e que até o momento encontra-se ausente nos principais veículos de publicação científica nacional.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira sequencial: a crise do trabalho e o empreendedorismo social em busca de soluções; o curso de administração nas universidades brasileiras; procedimentos metodológicos; apresentação e discussão de resultados e considerações finais.

A Crise do Trabalho e o Empreendedorismo Social em Busca de Soluções

Em escala global, inúmeras são as denúncias feitas acerca das mazelas sociais e ambientais ocasionadas pelo advento da globalização e pelo domínio do capitalismo desregulado. Fala-se em uma ‘sensação de desilusão’, em que o progresso econômico ocorre em detrimento do aumento dos problemas sociais, não só

em quantidade, mas também em qualidade. Dentre estes impactos negativos, cita-se a mudança climática, a desordem social, a exclusão produtiva, o esgotamento dos recursos, além das demais consequências advindas como o aumento da população pobre, do desemprego e do acesso ao trabalho decente (Dowbor, 2008; Singer, 2003).

Para Singer (2003), o capitalismo e a globalização são responsáveis por uma transformação radical nas relações de produção: o desemprego e, especificamente, o desemprego estrutural contribuem para deteriorar o mercado de trabalho, transformando empregos formais em ocupações que deixam de oferecer as garantias e os direitos fundamentais do trabalhador. Barbosa (2007) reforça tal constatação ao frisar a resignificação do trabalho vivenciada atualmente, em que se assume uma ação propositiva sobre a diminuição estrutural do emprego por meio da ampliação do entendimento do trabalho, procurando conferir estatuto social às práticas econômicas informais organizadas em produção coletiva.

É possível citar também a flexibilização das leis trabalhistas que contribuem para a precarização do trabalho em nome do livre mercado, bem como a lógica individualista dominante que gradativamente aponta para a insustentabilidade das atividades produtivas, considerando o todo socioambiental. Diante deste cenário e na busca por soluções, os governos e as instituições multilaterais são vistos como inertes ou ineficientes, as organizações sem fins lucrativos assim como as empresas, ao atuarem sozinhas, constituem uma resposta inadequada (Yunus, 2008). Assim, neste contexto, a ocupação em cooperativas e associações surge como opção para qualificar o trabalho informal em termos de renda, produtividade e proteção social.

Observa-se cada vez mais a sociedade civil de forma organizada espontânea e autonomamente em grupos, movimentos, associações e organizações para a efetivação de propostas alternativas ao capitalismo: os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação e na concepção de mercado justo, a economia solidária, as redes associativas de desenvolvimento local sustentável e empresas sociais, que, como mencionado, podem ser caracterizados como empreendimentos sociais (Santos; 2002).

A noção de empreendedorismo social emergiu rapidamente na sociedade e o interesse nesta nova forma de organização social mostra-se crescente. O empreendedorismo social tornou-se um fenômeno global que impacta a sociedade por empregar abordagens inovadoras na resolução de problemas sociais, provenientes tanto do setor privado quanto do sem fins lucrativos (Austin; Stevenson; Wei-Skillern, 2006).

O empreendedorismo social envolve o reconhecimento, a avaliação e a exploração de oportunidades que podem resultar em valor social. Melo Neto e Fróes (2002) definem que o empreendedorismo social tem por objetivo retirar as pessoas da situação do risco social, buscando propiciar-lhes plena inclusão social. Acrescentam que o empreendedorismo social é coletivo, produz bens e serviços para a comunidade de modo que esta possa solucionar suas carências e demandas sociais, utilizando-

se de parcerias entre comunidade, governo e setor privado. Segundo Certo e Miller (2008), o empreendedorismo social pode fazer referência a empreendedores individuais, novas ou organizações já existentes – voltadas ou não ao lucro – além do governo.

Oliveira (2004) observa em seu estudo que tanto nacional quanto internacionalmente o conceito de empreendedorismo social ainda está em construção e que há certa similitude quanto à compreensão da origem e estreitamento do empreendedorismo social com a lógica empresarial. Esta semelhança, todavia, faz que apareçam dúvidas em relação às reais divergências e convergências do empreendedorismo social com o empreendedorismo empresarial, já há muito institucionalizado.

Segundo Austin *et al.* (2006), pode-se distinguir ambos através de quatro pontos: 1) falha de mercado: o empreendedorismo social consegue preencher a lacuna que é deixada pelo empreendedorismo empresarial; 2) missão: o empreendedorismo social tem como missão a criação de valor social, enquanto o empresarial centra-se na criação de valor econômico privado; 3) mobilização de recursos: é mais difícil ao empreendedor social obter recursos financeiros e humanos, uma vez que apresenta ofertas menos competitivas; e 4) medida de desempenho: enquanto o empreendedorismo empresarial tem medidas de desempenho bem definidas (indicadores de liquidez, rentabilidade, risco), o empreendedorismo social não tem medidas tão bem quantificáveis. Melo Neto e Fróes (2002) apontam que o empreendedorismo social difere do empresarial no sentido de que não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais.

No Brasil, o empreendedorismo social foi institucionalizado em meados de 1990, sob a denominação da economia solidária (Barbosa, 2007; Oliveira, 2004). De acordo com Singer (2002), a economia solidária é um modo de produção no qual o resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Ainda que predominante no cenário nacional, a economia solidária comprehende apenas uma especificidade do que abrange o empreendedorismo social.

Embora seja de grande interesse e amplitude no cenário nacional, o empreendedorismo social ainda enfrenta inúmeros desafios, decorrentes de condicionamentos sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, culturais e ambientais. Hopkins (2007), ao tratar das barreiras que freiam o desenvolvimento do empreendedorismo social, cita o aspecto informacional, de acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o tema. Tratando-se do cenário nacional, um grande obstáculo diz respeito à legislação brasileira que não atende à regulação de trabalho coletivo (Barbosa, 2007).

A fim de sanar tais dificuldades, maior responsabilização pública com a estruturação do setor, prática e legal, e amparo aos trabalhadores é requerida (Barbosa, 2007). Porém, talvez as principais demandas sejam no sentido da mudança necessária no comportamento para o engajamento e participação da população, incentivo à ideia de autossustentação e autogeração

de renda e emprego, introdução e prática de novas formas de inserção social, entre outras (Melo Neto & Fróes, 2002).

Para tanto, Hopkins (2007) argumenta que as universidades – e inclusive as escolas – podem fornecer aos alunos oportunidades de ensino que compreendam redes de colaboração em suas comunidades e além delas e, assim, instituir a formação de empreendedores sociais, eliminando a ideia de que os indivíduos podem apenas sê-lo por algum tipo de vocação.

Acredita-se, no âmbito universitário, que o curso de Administração é o que pode proporcionar mais avanços neste contexto. De fato, como expõe Yunus (2008), o empreendedorismo social tornou-se uma disciplina acadêmica, e já faz parte dos currículos de cerca de 30 escolas de Administração americanas, desde meados da década de 1990. Além disso, segundo o levantamento biométrico de Granados *et al.* (2011), significativa parcela da produção sobre empreendedorismo social dos anos de 1991 a 2010 estão em periódicos da área de Administração.

Discute-se, dessa monta, a composição dos cursos de Administração nas universidades brasileiras com foco na incorporação das disciplinas de empreendedorismo empresarial e social.

O Curso de Administração nas Universidades Brasileiras: do empreendedorismo empresarial ao empreendedorismo social

Os primeiros cursos de graduação de que se tem notícia no Brasil datam de 1902, quando a escola Álvaro Penteado, no Rio de Janeiro, e a Academia de Comércio, em São Paulo, ministraram cursos de Administração, porém, ainda sem uma regulamentação. Em 1944 foi criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a qual pode ser apontada como pioneira na criação do currículo de ensino especializado em Administração, tanto pública, em 1952, quanto privada, em 1954. A esta época, o currículo especializado em Administração tinha forte influência norte americana (Oliveira & Sauerbronn, 2007).

A partir da década de 1950, houve uma significativa expansão nos cursos e alunos de graduação em Administração no país, consequência da abertura de novos cursos em novas universidades e do aumento de vagas nos cursos já existentes (Castro, 1981). A ampliação dos cursos de graduação em Administração até meados de 1960 está vinculada a ideia de desenvolvimento econômico pertinente àquele contexto histórico que se insere na contradição entre um projeto nacional e a formação monopolista do capital. Na década de 1970, o curso de Administração destacou-se como um dos cursos que mais cresceu na época (Pizzinato, 1999), e manteve a tendência de crescimento desordenado dos cursos de graduação desde então (Oliveira & Sauerbronn, 2007). Segundo informa o site do e-MEC, atualmente, existem cadastrados como ensino superior em Administração (bacharelado), de forma geral, 2688 cursos em todo o país.

No que tange ao currículo mínimo do curso de graduação em Administração, este foi fixado pelo Conselho Federal da Educação (CFE) mediante Parecer 307/66, no contexto de propagação do curso. Foi definido o núcleo de matérias considerado o mínimo indispensável para uma adequada formação profissional: matemática, estatística, contabilidade, teoria econômica, economia brasileira, psicologia aplicada à administração, sociologia aplicada à administração, instituições de direito público e privado, legislação social, legislação tributária, teoria geral da administração, administração financeira, administração de pessoal, administração de material (Pizzinato, 1999). Percebe-se que não só a ampliação dos cursos, ofertas de matrícula e alunos refletiram o contexto histórico econômico e político do Brasil daquele momento, mas também os currículos que determinavam a formação dos futuros administradores.

A 'explosão' de cursos de graduação fez que nem sempre a quantidade fosse acompanhada da qualidade. Castro (1981) indica que já na década de 1980, os cursos de Administração do país sofriam cronicamente de mau ensino e que, dentre as estratégias possíveis para superar esta baixa qualidade, estaria a identificação de disciplinas que fossem mais críticas na formação do administrador. Assim, por este cenário, tornou-se patente o reconhecimento sobre a necessidade de reformar a estrutura curricular e revigorar os estudos sobre o currículo dos cursos de Administração, considerando necessariamente as principais tendências para uma possível transformação no ensino superior (Pizzinato, 1999).

Em 1991, com a participação da Secretaria de Educação Superior (SESU), do MEC, e do Conselho Federal de Administração, foi realizado um seminário nacional, com o objetivo de definir um novo currículo mínimo para o curso, difundir entre as instituições de ensino superior a importância do currículo pleno e também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, reproduutor das forças produtivas e das relações sociais, para promotor de novas relações produtivas e sociais (Pizzinato, 1999). Em decorrência dos debates, ainda na década de 1990 foi criado o Exame Nacional do Ensino Superior (Enade), como um dos critérios de avaliação do ensino superior e de recredenciamento periódico das IES (Oliveira & Sauerbronn, 2007).

No início do ano 2000, as diretrizes curriculares do MEC instituíram diretrizes curriculares para a reorganização dos cursos de graduação, em que os currículos passaram a adotar princípios de identidade dos cursos, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade. De acordo com MEC (2005), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho exigido pela sociedade, sempre acompanhadas de novas tecnologias, a exigir contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes. Os cursos de graduação em Administração devem contemplar conteúdos que revelem

inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio.

Mesmo com propostas e ações que surgiram para elevar a qualidade do ensino superior em Administração, Fischer (2001) postula que, de forma geral, os currículos adotados no país nos anos 1950 são usados inercialmente até a atualidade, em que o estudo da Administração foi fragmentado em disciplinas generalistas ou em disciplinas focalizadas em temas de forte apelo comportamentalista.

Pardini e Santos (2008) acreditam que este desajuste curricular seja consequência principalmente da orientação altamente focada no emprego e de uma cultura pedagógica voltada para valores e comportamentos. Contudo, o modelo universitário focado exclusivamente para a conquista de empregos parece esgotado diante das profundas alterações nas relações de trabalho e de produção que o mundo moderno tem presenciado.

Uma evidência desta situação é a de que desde a década de 1990 até os dias atuais, a história brasileira vivencia a crescente busca pelo autoemprego, caracterizado pelo surgimento de empreendedores involuntários representados, principalmente, por recém-formados, por trabalhadores demitidos de suas empresas (Henrique & Kindl da Cunha, 2008) e também por cidadãos à margem da sociedade, excluídos socioeconomicamente, em que o "empreendedorismo", frequentemente informal, não se mostra mais do que uma ocupação da qual se consegue o sustento imediato. Assim, a prática do empreendedorismo mostra-se cada vez mais frequente no Brasil como opção de emprego e ocupação.

Embora o fenômeno do empreendedorismo empresarial seja antigo, o debate em torno do tema atingiu relevância, tanto na discussão acadêmica quanto no âmbito de políticas públicas nacionais, apenas nos últimos vinte anos (Cruz, Araújo, Wolf, Ribeiro, 2006). O ensino de empreendedorismo originou-se nos Estados Unidos, em 1947, na Escola de Administração de Harvard (Henrique & Kindl da Cunha, 2008), todavia, no Brasil, a primeira disciplina de empreendedorismo de que se tem notícia surgiu em 1981, na Escola Superior de Administração de Empresas, da FGV (Dolabella, 1999). Atualmente, o ensino de empreendedorismo nos cursos de graduação e pós-graduação já é uma realidade nas principais instituições educacionais do país, em geral, inserido no campo da Administração como uma subárea, enquanto disciplina específica (Henrique & Kindl da Cunha, 2008).

No entanto, como afirma Dolabella (1999), o ensino no Brasil ainda não sinaliza totalmente para o empreendedorismo, uma vez que permanece em grande parte voltado para a formação de profissionais que irão buscar emprego no mercado de trabalho. Dengen (2008) ratifica que a maioria das escolas técnicas e universidades que promove o empreendedorismo, o faz focado exclusivamente na tecnologia e na administração do negócio. De fato, a introdução do ensino do empreendedorismo foi pautada pela conscientização por parte das universidades, no sentido de

proporcionar aos seus discentes competências que lhes dessem condições de manter-se no mercado de trabalho e sobreviver em uma sociedade competitiva (Henrique & Kindl da Cunha, 2008).

O empreendedorismo no Brasil deve considerar as prioridades nacionais, com vistas à eliminação da exclusão social e confrontando a ideia tradicional do empreendedorismo com foco nos negócios, que por ter prioridade no crescimento econômico concentra a renda e não distribui de forma equivalente (Cruz et al., 2006). As instituições precisam se transformar em agentes de mudança social ou, mais especificamente, em 'agentes socializantes' para se tornarem eficazes em promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. As escolas técnicas e as universidades enquanto 'agentes socializantes' têm um papel importante também em motivar e apoiar os seus alunos a promoverem a inclusão social através do empreendedorismo (Dengen, 2008).

O acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o tema, por meio das universidades principalmente, é essencial para que o empreendedorismo social avance em seu desenvolvimento. Acredita-se que o investimento na formação do ensino superior é basilar para que os candidatos a empreendedores sociais adquiram a capacidade de reconhecer e buscar novas oportunidades para a criação de valor social, de engajar-se proativamente em processos de inovação contínua, adaptação e aprendizagem, além da habilidade de explorar todas as opções de recursos, da filantropia pura aos métodos do mundo dos negócios (Clamp & Alhamis, 2010).

É neste contexto que se insere a necessidade do empreendedorismo social enquanto disciplina acadêmica nos cursos de graduação em Administração nas universidades brasileiras. Parte-se, assim, para os procedimentos metodológicos empregados.

Procedimentos Metodológicos

Ao passo do objetivo do estudo em pauta, investigar a incidência da disciplina de empreendedorismo social nos cursos de Administração nas universidades federais e principais estaduais do país, realizou-se uma pesquisa de natureza teórica, de abordagem qualitativa, sendo o objetivo analisado por uma perspectiva descritiva. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica, a partir de dados secundários (Martins & Theóphilo, 2007).

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi uma consulta junto ao sistema e-MEC (<http://emecc.mec.gov.br/>), criado pelo Ministério da Educação e em funcionamento desde 2007, com a finalidade de fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação das instituições de educação superior, de forma simplificada e transparente. O sistema e-MEC também informa dados como a situação de regulação das instituições e dos cursos por elas oferecidos, endereços de oferta e indicadores de qualidade obtidos nas avaliações do MEC. Por meio de tal consulta foi permitido fazer o levantamento de informações das universidades brasileiras cadastradas no MEC,

como sua natureza (pública ou privada), cursos oferecidos e avaliações dos cursos de Administração.

Para este artigo foram consideradas as universidades públicas federais e estaduais em razão de entender-se que, por ser um levantamento inicial, as instituições públicas constituem maior representatividade no país. Sendo assim, foram identificadas 58 universidades federais e 38 estaduais. Destas, considerou-se a amostragem por conveniência (Hair, Babin, Money, Samouel, 2005), selecionando todas as 58 universidades federais e apenas as 10 universidades estaduais com melhores avaliações no Índice Geral de Cursos (ICG), de 2009 (última avaliação cadastrada no e-MEC), o indicador da qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de cada universidade, com notas de 1 a 5. A partir deste levantamento, foram verificadas no site de cada universidade informações relativas ao curso de graduação em Administração, principalmente no tocante à composição de suas disciplinas, bem como a avaliação do curso no Enade, como mostra a próxima seção.

Apresentação e Discussão de Resultados

Ao consultar os sites das universidades federais e estaduais identificadas a partir do sistema e-MEC, o primeiro dado obtido refere-se à presença ou não do curso de graduação em Administração: das 58 universidades federais, 10 não possuem este curso, e das 10 estaduais, uma não possui. Buscou-se pelo curso de Administração, por entender-se que este seja o mais adequado para incorporar o empreendedorismo social em termos de disciplina na grade curricular – ao menos a princípio, como já explicitado – bem por isso, as universidades que oferecem os cursos de 'Engenharia de Gestão', de 'Administração Pública' ou de 'Tecnologia em Gestão de Cooperativas' não foram consideradas nesta análise.

Identificadas as universidades, a próxima etapa foi a consulta nos sites de cada universidade a respeito das disciplinas ofertadas na grade curricular do curso de Administração. Em relação às federais, das 48 analisadas, 14 não fornecem informações sobre o currículo ou, quando o fazem, não identificam as disciplinas optativas, impossibilitando, dessa forma, análises mais aprofundadas. Esta informação permite observar a inconsistência e desorganização de vários destes sites, principalmente das universidades federais, já que uma parte significativa foi excluída da análise aqui a ser realizada.

Passou-se então para a verificação da incidência da disciplina de empreendedorismo social nas grades curriculares dos cursos de administração nos sites de 34 universidades federais e 9 estaduais. Em um primeiro momento, a denominação 'empreendedorismo social' não foi encontrada em nenhum currículo, assim, a consulta passou a considerar outros termos correlatos tais como 'cooperativismo', 'terceiro setor', 'economia solidária', 'gestão social' e derivados. Ainda assim, os resultados encontrados foram ínfimos, fazendo que fossem incluídos neste levantamento termos como 'responsabilidade social', 'ética empresarial', 'sustentabilidade' e outros. Admite-se

que estes últimos termos não são diretamente vinculados ao entendimento sobre empreendedorismo social, contudo, são aqui considerados temas que, de algum modo, fazem menção à criação de valor social e à resolução de problemas sociais, como preza o empreendedorismo social. Entretanto, em 8 universidades federais e em 1 (uma) estadual, não foram encontradas disciplinas que fizesse menção a qualquer um dos termos supracitados, como indica o Quadro 1.

Quadro 1

Universidades brasileiras que possuem curso de Administração, mas não oferecem nenhuma disciplina relativa ao empreendedorismo social.

Instituição	Região	ENADE (2009)
Universidade de São Paulo (USP -SP)	Sudeste	-
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Nordeste	4
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Sudeste	5
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sudeste	5
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Nordeste	5
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Nordeste	4
Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)	Sudeste	5
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Sul	5
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Sudeste	SC ^c

Como mostra o Quadro 1, a primeira coluna denomina a instituição, a segunda mostra a região em que está situada, e a terceira indica a avaliação do curso de Administração alcançado no Enade de 2009. A respeito das avaliações, percebe-se que, à exceção da USP-SP cuja nota não estava disponível no e-MEC e da UFVJM que se encontra sem conceito, todos os cursos de Administração estão bem avaliados, a maioria com nota máxima. O que pode significar que o possível ‘não alinhamento’ do currículo do curso com as necessidades sociais atualmente enfrentadas no Brasil seja inerente às universidades com avaliações ruins, pelo contrário.

Interessante notar que, exceto à FURG, todas as universidades que não possuem nenhuma disciplina relacionada ao empreendedorismo social estão situadas nas regiões do Brasil que possuem as maiores concentrações de empreendimentos solidários, conforme relatado pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil: Nordeste (UFAL; UFC; UFPA e FURG) e Sudeste (UNIFEI; UFU; UFRJ; UFVJM e USP –SP). Tal situação parece contraditória, uma vez que a concentração (crescente) de empreendimentos sociais em ambas as regiões deveria exigir maior demanda por profissionais que atuem na área, porém, o que se observa é que a formação dos futuros administradores não acompanhou esta demanda.

Nota-se também que das nove universidades listadas, quatro são da região Sudeste sendo que três estão localizadas no estado de Minas Gerais (UNIFEI; UFU e UFVJM). No caso desta região, a representatividade de grupos informais ativos supera significativamente os empreendimentos sociais formalizados em relação a todas as outras regiões do país, segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil. Talvez a predominância da informalidade dos empreendimentos da economia solidária seja a razão pela qual a temática ainda não foi incorporada massivamente nas universidades daquela região. De qualquer

forma, a não adesão às disciplinas que tratam de assuntos correlatos ao tema pode refletir diretamente na formação e desenvolvimento destes empreendimentos e, inclusive, ser um dos motivos da informalidade dos grupos de economia solidária na região Sudeste.

Em continuação à análise dos currículos dos cursos de Administração, agora em 26 universidades federais e 8 estaduais, verificou-se que em 11 universidades federais e em 3 estaduais são ofertadas disciplinas que, de algum modo, indiretamente, abordam à criação de valor social e à resolução de problemas sociais (havendo verificação da ementa das disciplinas, nos casos de dúvidas), como preza o empreendedorismo social, tais como ‘Ética empresarial’, ‘Responsabilidade social’, ‘Gestão ambiental’ e ‘Desenvolvimento Sustentável’. Não houve significância em relação à região onde estão instaladas as universidades. Dos 14 currículos analisados, 9 determinam as disciplinas como obrigatórias, incluindo os das três universidades estaduais neste conjunto, enquanto 5 as inserem como optativas. Esta circunstância leva à constatação de que boa parte das instituições públicas de ensino superior está se utilizando da flexibilidade que possui na adequação dos currículos de seus cursos a favor de temas sociais, mesmo que de maneira gradativa, com temas mais gerais, não diretamente o empreendedorismo social, e ainda com algumas disciplinas não obrigatórias.

A próxima análise concerne aos currículos do curso de Administração das universidades que oferecem disciplinas optativas associadas diretamente à temática do empreendedorismo social, tais como ‘Gestão de empresas do Terceiro Setor’, ‘Gestão social’ e ‘Cooperativismo’. São 11 universidades federais e 3 estaduais que possuem os currículos inseridos neste conjunto, como elencado na primeira coluna do Quadro 2, com os respectivos conceitos do curso de Administração no Enade de 2009, seguidos das disciplinas e, por fim, a carga horária de cada uma delas.

Quadro 2

Universidades brasileiras que possuem inseridas no currículo do curso de Administração disciplinas optativas associadas diretamente à temática do empreendedorismo social.

Instituição	ENADE (2009)	Disciplinas	Carga Horária
Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	SC	Gestão do Terceiro Setor	30h
Universidade de Brasília (UNB)	5	Tópicos Contemporâneos em Administração Pública e Gestão Social	2 créditos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	5	Planejamento e Gestão de Cooperativas Gestão de Organizações Não Governamentais	45h

Universidade Estadual de Londrina (UEL)	5	Administração Pública e Gestão do Terceiro Setor	60h
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	5	Administração de Cooperativas e Associações	34h
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	5	Constituição de Cooperativas	34h;
		Gerência de Cooperativas	17h;
		Gestão de Organizações do Terceiro Setor	34h;
		Gestão e Responsabilidade Social	34h
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	-	Gestão Social e Terceiro Setor	34h
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	5	Constituição e desenvolvimento de empresas cooperativas	30h
		Doutrina e organização cooperativista	90h
		Educação cooperativista	60h
		Legislação cooperativista	30h
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SC	Gestão da Sustentabilidade e do Terceiro Setor	60h
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	4	Administração de Serviços Sociais	60h
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	5	Associativismo e Cooperativismo	60h
Universidade Federal Fluminense (UFF)	5	Economia Solidária	60h
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	SC	Gestão de Empresas do Terceiro Setor	60h
		Redes de Cooperação	60h
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)	SC	Gestão de empresas associativas e instituições sociais	60h

Por meio do Quadro 2, observa-se, inicialmente, que embora algumas universidades não estejam conceituadas na prova do Enade (SC), a grande maioria detém nota máxima, à exceção apenas da UFS. Novamente, assim como se deve considerar que o possível ‘não alinhamento’ do currículo do curso com as necessidades sociais atualmente enfrentadas no Brasil são passíveis de ocorrência em universidades bem avaliadas, o contrário também o deve.

As universidades elencadas neste conjunto estão situadas principalmente na região Sudeste, sete delas, sendo as outras sete distribuídas de maneira relativamente dispersa entre as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste do país. Este quadro mostra outra realidade se contrastado com o Quadro 1, no qual a

maioria das universidades que não oferece nenhuma disciplina correlata ao empreendedorismo social, localiza-se também na região Sudeste. Ainda que tal fato possa ser explicado pelo número de universidades públicas estaduais e federais nesta região, treze no total, mantém-se o argumento de que a parceria entre agentes dos empreendimentos sociais e as universidades, no sentido de fomentar a profissionalização na área, é essencial para a formação e desenvolvimento dos mesmos, podendo ser causa e/ou consequência de efeitos tanto positivos quanto negativos nesse processo.

No que se refere às disciplinas, nota-se que estas – em sua maioria – são pontuais, com duração de no máximo um semestre letivo, e de natureza teórica. São poucas as universidades que oferecem mais de uma em sua grade curricular do curso de Administração (UERJ; UFLA; UFSM e UFRPE), com destaque para as duas únicas que parecem oferecer uma educação continuada sobre o assunto, com a oferta de quatro disciplinas, a UFLA e a UFSM, ambas localizadas em Minas Gerais. Entretanto, a carga horária prática ainda se mostra inexistente em todas as grades curriculares analisadas.

Por fim, a última análise realizada concerne aos currículos dos cursos de administração das universidades que determinam como obrigatórias disciplinas associadas diretamente ao empreendedorismo social, tais como ‘Gestão de Empresas do Terceiro Setor’, ‘Economia Solidária’, ‘Gestão Social’ e ‘Teoria e Gestão de Cooperativas e Associativismo’. Enfatiza-se nesta análise o número de universidades que se inserem neste conjunto, o qual, por ideal, deveria ser o maior deles: 4 universidades federais e 2 estaduais. No Quadro 3 estão dispostas mais informações a este respeito.

Quadro 3
Universidades brasileiras que possuem inseridas no currículo do curso de Administração disciplinas obrigatórias próximas à temática do empreendedorismo social.

Instituição (IES)	ENADE (2009)	Disciplinas	Carga Horária
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	-	Meio ambiente, economia e sociedade	60h
		Teoria cooperativista I	60h,
		Gestão de cooperativas	60h
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	5	Administração do Terceiro Setor	60h
Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN)	5	Gestão de Empreendimentos Não-Governamentais	30h
		Gestão de Empreendimentos Econômico-Solidários	30h
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS)	5	Gestão Social e Desenvolvimento	60h
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	4	Ética, Responsabilidade Social e Gestão do Terceiro Setor	102h
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	-	Estado, Mercado e Terceiro Setor	30h

A primeira inferência tange à concentração das universidades deste conjunto: com exceção da UFRN, todas elas estão situadas na região Sul do Brasil, esta que possui apenas 16,5% dos empreendimentos de economia solidária de todo o país. Vale

frisar que a região que detém a maior concentração, como já mencionado, a região Nordeste, aparece neste conjunto mediante apenas uma universidade, fato este que chama a atenção, pois se os empreendimentos sociais já parecem estar institucionalizados enquanto práticas econômicas no Nordeste, a educação e a formação direcionadas para tal parecem ainda não estarem.

Com relação à avaliação do curso de Administração no Enade de 2009, faz-se o mesmo comentário dos conjuntos anteriores: os cursos bem avaliados ou não avaliados podem estar constituídos de forma consoante ou não às demandas sociais experenciadas pela sociedade brasileira. No que diz respeito às disciplinas ofertadas, nota-se que estão razoavelmente em patamar semelhante às do Quadro 2, são em boa parte disciplinas pontuais e teóricas cuja duração estende-se por um semestre. Neste conjunto, porém, há que se enfatizar alguns destaques: a UEPG oferece uma disciplina com duração de 102h, também de natureza teórica, contudo, estendida por todo o ano letivo; o fato de que a UFFS oferta três disciplinas obrigatórias associadas ao empreendedorismo social é justificado pois a ênfase do curso é justamente em ‘pequenos empreendimentos e cooperativismo’, único curso encontrado nesse âmbito.

Ao final desta análise, observa-se que a incidência do ensino de empreendedorismo social nas universidades públicas do Brasil, a partir da análise dos currículos da graduação em administração, pode ser caracterizada em quatro grandes grupos: a) o não ensino de qualquer disciplina que ao menos contenha algum aspecto relacionado à temática; b) o ensino de disciplinas obrigatórias ou optativas que associam-se apenas indiretamente com temas sociais; c) o ensino de disciplinas optativas relacionadas diretamente à temática do empreendedorismo social; e d) o ensino de disciplinas obrigatórias associadas diretamente ao empreendedorismo social. No primeiro grupo, inserem-se 8 universidades federais e 1 (uma) estadual, no segundo conjunto, 11 universidades federais e em 3 estaduais; no terceiro, são 11 universidades federais e 3 estaduais e 4 universidades federais e 2 estaduais no último grupo.

Argumentou-se que o acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o empreendedorismo social, por meio das universidades e do curso de graduação em Administração, essencialmente, é de suma importância para que o mesmo avance em seu desenvolvimento, no Brasil. A trajetória do curso de Administração mostrou que a grade curricular muitas vezes acompanhou o contexto histórico socioeconômico do país. No cenário atual do aumento do desemprego, da resignificação do trabalho e do crescimento das iniciativas da economia solidária, a expectativa é a de que cada vez mais vire realidade a inserção do empreendedorismo social enquanto disciplina acadêmica dos cursos de Administração.

Contudo, ao analisar-se os resultados encontrados a partir desta pesquisa, foi possível observar que tal circunstância, uma necessidade à conjuntura nacional, ainda não é atendida em sua

plenitude. Somente o fato de que a denominação ‘empreendedorismo social’ não tenha sido encontrada em nenhum currículo das principais universidades públicas brasileiras já denuncia a imaturidade da tratativa do tema nas instituições de ensino. Para que as universidades enquanto ‘agentes socializantes’ cumpram seu papel em motivar e apoiar os seus alunos a promoverem a inclusão social através do empreendedorismo, é preciso superar a ideia de que este seja uma “ferramenta” exclusivamente voltada para o mercado empresarial, para a tecnologia e para a administração do negócio, buscando, assim, promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (Dengen, 2008, Dolabela, 1999).

Considerações Finais

Desenvolveu-se o presente artigo com o objetivo de investigar a incidência da disciplina de empreendedorismo social nos cursos de Administração nas universidades federais e principais estaduais do país. Com base análises realizadas a partir de informações obtidas no sistema e-MEC, e nos sites das próprias universidades, foi possível observar que a inserção do empreendedorismo social enquanto disciplina acadêmica dos cursos de Administração ainda não é atendida em sua plenitude.

Verificou-se que a incidência do ensino de empreendedorismo social nas universidades públicas do Brasil pode ser caracterizada em quatro grandes grupos: a) o não ensino de qualquer disciplina que ao menos contenha algum aspecto relacionado a temática; b) o ensino de disciplinas obrigatórias ou optativas que associam-se apenas indiretamente com temas sociais; c) o ensino de disciplinas optativas relacionadas à temática do empreendedorismo social; e d) o ensino de disciplinas obrigatórias associadas ao empreendedorismo social.

Notou-se uma distribuição relativamente equivalente – salvo as devidas proporções – entre universidades federais e estaduais entre os quatro grupos, porém, em relação à suas localizações é preciso frisar alguns pontos. Basicamente, todas as universidades que não possuem nenhuma disciplina relacionada ao empreendedorismo social estão situadas nas regiões do Brasil que possuem as maiores concentrações de empreendimentos solidários, Nordeste e Sudeste. Tal situação, além de contraditória, pode refletir diretamente na formação e desenvolvimento destes empreendimentos, podendo ser causa e/ou consequência de efeitos tanto positivos quanto negativos nesse processo. Ademais, as poucas universidades que possuem disciplinas obrigatórias associadas ao empreendedorismo social estão situadas, em sua maioria, na região Sul, onde a incidência de empreendimentos desta natureza é pouco significativa.

No que se refere às disciplinas, nota-se que parcela considerável é constituída por disciplinas pontuais, com duração de no máximo um semestre letivo, e de natureza teórica, sendo que a carga horária prática ainda se mostra inexistente em todas as grades curriculares analisadas. Com relação à avaliação do

curso de Administração no Enade de 2009, a inferência é a de que este não foi um quesito determinante, os cursos bem avaliados ou não, ou até mesmo não avaliados podem estar constituídos de forma consoante ou não às demandas sociais vivenciadas atualmente pela sociedade brasileira.

Observou-se ainda que grande parcela das universidades que tiveram seus currículos analisados oferece disciplinas obrigatórias ou optativas que de forma indireta abordam a criação de valor social e a resolução de problemas sociais ou disponibilizam disciplinas apenas optativas associadas diretamente à temática do empreendedorismo social. Em termos de quantidade, as universidades que não oferecem qualquer disciplina correlata, excedem o grupo que as tem como obrigatórias e que, por ideal, deveria ser o maior deles.

Por todas as constatações assinaladas pela discussão dos resultados, pode-se afirmar que o ensino de empreendedorismo social, ainda está em sua infância nas universidades públicas brasileiras. A formação neste contexto ainda depende do interesse do aluno. Todavia, uma vez que boa parte das instituições públicas de ensino superior está se utilizando da flexibilidade que possui na adequação dos currículos de seus cursos a favor de temas sociais, ainda que de maneira gradativa, com temas mais gerais, parece residir aí um indicativo da tendência à maturação do ensino de empreendedorismo social no Brasil.

A despeito da amplitude no cenário nacional, o empreendedorismo social ainda enfrenta inúmeros desafios, decorrentes de condicionamentos sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, culturais e ambientais. Acredita-se que o acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o tema, através das universidades, é fator condicionante para a superação de tais desafios. Entretanto, esta não é uma tarefa que exige esforços somente das instituições de ensino superior, mas também dos governos, comunidade empresarial e sociedade civil em relação de parceria, característica essencial do que define o empreendedorismo social.

Finaliza-se este artigo com a sugestão de avanços deste estudo, a fim de obter-se um quadro mais completo sobre a situação do ensino de empreendedorismo social por toda a rede de universidades públicas do Brasil. Tal expansão pode atingir todas as universidades estaduais, as privadas e centros de ensino superior do país. Sugere-se também que outros cursos sejam analisados, tais como o de administração pública, existente em diversas instituições. Com a expansão deste levantamento inicial aqui realizado, poderão ser realizadas análises comparativas entre universidades de uma mesma região, entre regiões e entre estados, inclusive. As informações obtidas podem ser consideradas fundamentais para diversos atores sociais, desde estudantes e docentes, passando por agentes do governo, as próprias universidades, até os próprios empreendedores sociais e candidatos a tal.

Referências

- Almeida, R. S. S., Milward-De-Azevedo, J. A. (2008). Análise do ensino do empreendedorismo nos cursos de graduação em administração nas regiões centro-sul, médio paraíba e serrana do estado do rio de janeiro.
- Anais do Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, São José dos Campos, SP, Brasil, 15.
- Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. (2009). *Atlas da economia solidária no brasil 2005-2007*. São Paulo: Todos os Bichos.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1-22.
- Barbosa, R. A. (2007). *Economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez.
- Castro, C. M. (1981). O ensino da administração e seus dilemas notas para debate. *Revista de Administração de Empresas*, 21(3), 58-61.
- Certo, S. T., & Miller, T. (2008). Social entrepreneurship: Key issues and concepts. *Business horizons*, 51(4), 267-271.
- Clamp, C. A., & Alhamis, I. (2010). Social entrepreneurship in the mondragon co-operative corporation and the challenges of successful replication. *The Journal of Entrepreneurship*, 19(2), 149-177.
- Cruz Júnior, J. B., Araújo, P. C., Wolf, S. M., & Ribeiro, T. V. A. (2006). Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. *Revista de Ciências da Administração*, 8(15).
- Degen, R. J. (2008) Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. *Revista de Ciências da Administração*, 10.
- Dolabela, F. (1999) *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados.
- Dowbor, L. (2008) *Democracia Econômica: Alternativas de gestão social*. Petrópolis: Vozes.
- Fischer, T. M. D. (2001). Difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(SPE), 123-139.
- Granados, M. L., Hlupic, V., Coakes, E., & Mohamed, S. (2011). Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: a bibliometric analysis from 1991 to 2010. *Social Enterprise Journal*, 7(3), 198-218.
- Hair, J. F., Jr., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman.
- Henrique, D. C., & Cunha, S. K. (2008). Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais. *Revista de Administração Mackenzie*, 9(5), 112-136.
- Hopkins, D. (2007). *Social entrepreneurship: "real world" activations of the liberal arts education*. Recuperado de <http://blogs.middlebury.edu/middlab/files/2011/01/David-Hopkins-Social-Entrepreneurship-Research-Paper.pdf>
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Ministério da Educação. (2005). *Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em administração*, resolução cne/ces nº 4, de 13 de julho de 2005. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf
- Melo Neto, F. P., & Fróes, C. (2002). *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Oliveira, E. M. (2004). Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista FAE*, 7(2) 9-18.
- Oliveira, D. M., Rocha, M. C. L., & Pinto, F. R. (2009). Empreendedorismo social com inclusão digital: o caso pirambu digital. *Análise*, 20(2), 20-33.
- Oliveira, F. B., & Sauerbronn, F. F. (2007) Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. *Revista de Administração Pública*, Edição Especial Comemorativa, 149-170.
- Pardini, D. J., & Santos, R. V. (2008) Empreendedorismo e interdisciplinaridade: uma proposta metodológica no ensino de graduação. *Revista de Administração da FEAD-Minas*, 5, 157-172.
- Pizzinatto, N. K. (1999) Ensino de administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de administração da unimep. *Impulso*, (26), 173-190.
- Santos, B. S., & Rodriguez, C. (2005) Introdução: para ampliar o cânone da produção. In B. S. Santos (org.). *Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (2a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Singer, P. (2003). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. (6a ed.) São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Yunus, M. (2008). *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática.

ⁱ SC: significa 'sem conceito', quando o número de candidatos participantes da prova do Enade é baixo, o curso fica sem conceito, identificado pela sigla SC.